



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11591 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 13 - Educação Fundamental

O ensino fundamental no Brasil: Que obstáculos ainda persistem na transição dos anos iniciais para os anos finais?

Karen Coutinho Campos Furtado - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: QUE OBSTÁCULOS AINDA PERSISTEM NA TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS?

A transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental é frequentemente reconhecida como um momento de mudanças, rupturas e descontinuidades para os educandos. De forma geral, são perceptíveis nessa transição escolar a mudança didático-metodológica, a separação e o aumento no número disciplinas, professores e compromissos escolares, a diminuição da proximidade entre família e escola, a entrada dos alunos em uma nova fase de desenvolvimento e uma mudança na forma de enxergar o espaço escolar como os principais desafios para os estudantes nesse momento escolar (SANTOS, 2016; MELIN, 2013, ESCHILETTI PRATI, 2005).

Com esse estudo, busca-se responder a seguinte questão: De que forma a estrutura do ensino fundamental no Brasil impactou/impacta, historicamente, a transição dos anos iniciais para os anos finais? Para responder essa questão, foram realizadas pesquisas bibliográficas, de forma a construir um percurso histórico da constituição dessa etapa educacional, e consultas na base de dados do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a fim de compreender a partir dos indicadores educacionais como a transição do 5º para o 6º ano se situa na conjuntura da educação brasileira.

No período que transcorreu desde a criação de escolas públicas de ensino primário e secundário, no século XIX, até meados da década de 1960, a transição do entre o ensino primário e o secundário se deu mediante aprovação em exame de admissão, isto é, diferentemente do que acontece atualmente, não havia uma garantia de continuidade dos

estudos após o término do primeiro segmento. Nas escolas concorridas, como o Colégio Pedro II e o Instituto de Educação, ambas situadas na cidade do Rio de Janeiro, o exame de admissão se constituía “[...] um exame não diríamos altamente seletivo, mas altamente eliminatório. [...] A seleção é antes social que mental” (TEIXEIRA, 1969).

Em 1966 a população de crianças em idade escolar era de, aproximadamente, 14 milhões. No entanto, pouco menos de 11 milhões estavam matriculadas naquele ano. Segundo o autor, esses números não representam a real situação, pois das 11 milhões de crianças somente 16,9% chegavam à 4ª série. As crianças que conseguiam fazer a transição para a 5ª série eram um número ainda menor, representavam apenas 7,3% dos estudantes matriculados na 1ª série. Assim, o número dos que realmente conseguiam concluir a educação primária era extremamente reduzido, não ultrapassando 9% do total dos matriculados no início da escolarização primária. Os dados apresentados por Anísio Teixeira demonstram o quão difícil era a permanência dos estudantes no ensino primário e o quão excludente era o acesso ao ensino secundário.

Atualmente, não temos mais a previsão do exame de admissão para o acesso ao 6º ano nas escolas públicas brasileiras e, com isso, os estudantes têm a possibilidade e o direito de cursar toda a educação básica, sendo obrigação do Estado oferecer a continuidade dos estudos. No entanto, o acesso e a permanência dos estudantes nessa fase da vida escolar ainda demonstram fragilidade.

As pesquisas sobre rendimento escolar no Brasil, realizadas anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) revelam que o 6º ano se apresenta como uma série crítica para os estudantes no Ensino Fundamental: é a série que apresenta a menor taxa de aprovação e os maiores índices de reprovação e evasão em relação às demais séries desta etapa educacional entre os anos de 2015 e 2019.

Apesar disso, os índices de aprovação do 6º ano apresentaram tendência ascendente no período analisado, enquanto os índices de reprovação e evasão demonstram queda, movimento que se repetiu nas demais séries. Essa melhora nos índices sugere um cenário otimista para o 6º ano, mas não exclui a mobilização de esforços para a diminuição das discrepâncias em relação aos outros anos de escolaridade.

A partir desse breve panorama sobre o 6º ano, reafirmamos que a transição dos anos iniciais para os finais necessita maior atenção, desde as questões didático-metodológicas até as políticas públicas educacionais que tratam do acesso e permanência dos estudantes na educação básica. A forma como se deu historicamente o acesso ao ensino secundário e o cenário que encontramos atualmente nos anos finais do ensino fundamental revelam que essa transição ainda retém uma dinâmica de exclusão.

O exame de admissão ainda é utilizado como forma de seleção para o ingresso no 6º ano em algumas instituições públicas, tais como os Institutos Federais, os Colégios de Aplicação e o Colégio Pedro II, indo na contramão do pressuposto acesso democrático à

escola pública. Por que escolas públicas selecionam estudantes através de provas, com conteúdos que devem ser ensinados por ela mesma? Ainda que fosse correta a realização de exames de admissão, por que nas seleções para o acesso ao 6º ano a matemática é escolhida como ferramenta de seleção, juntamente com a língua portuguesa? Que papéis essas disciplinas exercem nos currículos, a ponto serem escolhidas para selecionar os melhores alunos? São contradições que ainda estão presentes na escolarização brasileira.

Durante os anos de 2020 e 2021, essas instituições não puderam realizar seus processos seletivos através de provas, como comumente faziam, pois a pandemia da Covid-19 não permitiu a aglomeração de pessoas. Nesses dois anos, essas elas se valeram das modalidades *sorteio* e *análise de histórico* do ensino fundamental ou médio, conforme a etapa escolar ofertada, para selecionarem seus estudantes, juntamente com o sistema de cotas que leva em conta a situação socioeconômica dos estudantes, o tipo de escola em que estudaram e a dimensão racial. Ainda não sabemos se essa mudança será permanente ou se haverá um retorno à forma de seleção anterior. Após dois anos de seleções via sorteio de vagas para todas as séries, o Colégio Pedro II anunciou, em julho de 2022, o processo seletivo, mediante realização de prova, para compor as turmas de 6º ano em 2023, demonstrando que a instituição não tem intenção de se desprender desse modelo excludente e meritocrático.

Consideramos urgente a discussão sobre as transições escolares nas escolas brasileiras, pois é uma forma de sinalizarmos que ainda temos formas de seleção meritocráticas que são naturalizadas pela nossa sociedade e que precisamos desestabilizá-las. Também é importante entender que dinâmicas se estabelecem nas escolas e que influenciam a transição entre anos iniciais e finais, para que assim possamos encontrar formas de desestruturar mecanismos que há muito tempo vêm impondo uma cultura escolar que hierarquiza conhecimentos disciplinares, classifica estudantes e dificulta a continuidade dos estudos.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; Exame de Admissão; Transição; Anos Iniciais; Anos Finais.

ESCHILETTI PRATI, L. **Escola e modos de subjetivação: um estudo da passagem da quarta para a quinta série do ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Indicadores Educacionais: Taxas de Rendimento. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais> Acesso em: 28/09/2020.

MELIN, L. **A transição para o Ensino Fundamental II: motivação para a matemática em relação com o contexto social percebido.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SANTOS, R.A.L. **As possíveis relações entre a adaptação discente dos alunos do 6º ano e o fracasso escolar**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2016.